

Sexta-feira, 15 de Maio de 2026



Diário Oficial Cesário Lange

Sumário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE - SP	2
Leis Municipais	2
Retificação - Leis Municipais	14
Leis Municipais - Republicação Lei Complementar Nº 142/2026 (numeração Retificada)	15
Notificações	26

MAIO DE 2026

Diário Oficial

Edição nº LXXXVII/2026

EXPEDIENTE

O Diário Oficial de Cesário Lange é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Cesário Lange.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Cesário Lange poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://ecriediariooficial.com.br/cesariolange>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 46.634.572/0001-23

Endereço: Praça Pe. Adolfo Testa, 651 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246 - 8600

Site: <https://www.cesariolange.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 54.329.545/0001-75

Endereço: Avenida 3 de Maio, 1368 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246-1213

Site:

<https://www.camaracesariolange.sp.gov.br>

LEI Nº 2.147/2026

DE 15 DE MAIO DE 2026

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº 05/2026)

(Autor: Vereador Gustavo Bortolon dos Santos Camargo – SOLIDARIEDADE e Hamilton Gabriel Vieira de Lima – PSD)

"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Abrigamento Provisório de animais resgatados em situação de vulnerabilidade.

Art. 2º São objetivos do Programa de Abrigamento Provisório:

I – promover a custódia temporária de animais domésticos em situação de rua, abandono ou resgatados de maus-tratos;

II – garantir o restabelecimento e a reabilitação de animais vulneráveis;

III – incentivar a adoção responsável e a conscientização sobre a guarda responsável de animais;

IV – fortalecer a articulação entre o Poder Público e a sociedade civil organizada na proteção animal.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá buscar parcerias e celebrar termos de cooperação ou convênios com entidades sem fins lucrativos e/ou protetores independentes, devidamente credenciados, observadas as normas legais aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Art. 4º Os critérios para a seleção de parceiros e locais de abrigamento, incluindo limites de lotação e avaliação das condições do local, caso o Programa seja instituído, serão estabelecidos por ato do Poder Executivo, respeitadas as normas sanitárias e de bem-estar animal.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá, conforme a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa, oferecer ou incentivar o acesso a serviços de castração, vacinação, vermifugação, microchipagem e atendimento médico veterinário para os animais sob os cuidados do Programa.

Art. 6º Os termos de cooperação ou convênios firmados no âmbito do Programa poderão prever as obrigações dos parceiros, incluindo o zelo pelos animais abrigados, o encaminhamento para atendimento veterinário em situações de urgência e/ou emergência, e a promoção da adoção responsável.

Parágrafo único. Os locais que servirão como abrigo provisório, deverão respeitar o limite de lotação a ser definido pelo Município. A celebração do convênio deverá ser precedida de avaliação das condições do local.

Art. 7º As despesas decorrentes da eventual implementação desta Lei e do Programa correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, conforme a discricionariedade do Poder Executivo e a disponibilidade financeira.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, visando à sua plena execução.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

LEI Nº 2.148/2026
DE 15 DE MAIO DE 2026

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº 06/2026)

(Autor: Vereador Gustavo Bortolon dos Santos Camargo – SOLIDARIEDADE e Hamilton Gabriel Vieira de Lima – PSD)

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FORNECER PROTETORES AURICULARES PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) MATRICULADAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer protetores auriculares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas nas escolas da rede pública municipal de ensino.

Art. 2º Caso o Poder Executivo exerça a autorização prevista no Art. 1º, os protetores auriculares fornecidos deverão ser adequados para reduzir os efeitos da hipersensibilidade a sons, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento educacional das crianças autistas.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, conforme a discricionariedade do Poder Executivo e a disponibilidade financeira.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

LEI Nº 2.149/2026
DE 15 DE MAIO DE 2026

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº 07/2026)

(Autor: Vereador Gustavo Bortolon dos Santos Camargo – SOLIDARIEDADE e Hamilton Gabriel Vieira de Lima – PSD)

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CRIAÇÃO DE ESPAÇOS SENSORIAIS EM PRAÇAS PÚBLICAS, DESTINADOS AO ACOLHIMENTO, INCLUSÃO E BEM-ESTAR DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E DEMAIS INDIVÍDUOS COM DISFUNÇÕES SENSORIAIS NO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Cesário Lange, a Política Municipal de Incentivo à Criação de Espaços Sensoriais em praças e parques públicos, com a finalidade de promover acessibilidade, acolhimento e inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais indivíduos com disfunções sensoriais.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Espaço Sensorial o ambiente planejado e equipado para proporcionar estímulos sensoriais controlados — ou redução deles — contribuindo para o equilíbrio emocional, o desenvolvimento sensorial e a permanência segura de pessoas com TEA em espaços públicos.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá implantar Espaços Sensoriais em praças e parques públicos, em consonância com as diretrizes desta Política.

Art. 4º Na eventual implantação de Espaços Sensoriais, recomenda-se que o projeto e os equipamentos observem as seguintes diretrizes:

I – segurança, com equipamentos e estruturas confeccionados com materiais atóxicos, superfícies macias para absorção de impacto e ausência de quinas ou elementos pontiagudos;

II – estimulação sensorial, com a inclusão de elementos que estimulem diferentes sentidos, como:

a) tato: texturas diversas, caixas de areia, jardins táteis;

b) visão: cores suaves, iluminação controlada e elementos visuais que se movam com o vento;

c) audição: fontes de água, sinos de vento e instrumentos musicais de baixa intensidade sonora;

d) olfato: plantas aromáticas e flores; e

e) propriocepção e sistema vestibular: balanços, redes, trampolins e equipamentos que favoreçam o movimento e o equilíbrio; e

III – acessibilidade a todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida, observando-se as normas da ABNT NBR 9050;

IV – inclusão, para promover a interação entre pessoas com e sem deficiência, evitando o isolamento e estimulando a convivência comunitária.

Art. 5º A eventual implantação dos Espaços Sensoriais poderá ser realizada de forma gradual, com a observância, preferencialmente, dos seguintes critérios:

I – praças e parques de maior circulação de pessoas;

II – regiões que concentram maior demanda de atendimento e apoio a pessoas com TEA;

III – locais indicados por estudos técnicos ou por associações e entidades representativas do autismo.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior, associações de apoio ao TEA, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e empresas privadas para elaboração de projetos técnicos, manutenção dos espaços e realização de capacitações.

Art. 7º Na eventual implantação dos Espaços Sensoriais, recomenda-se que sejam seguidas normas de acessibilidade, critérios de segurança, recomendações de especialistas em neurodesenvolvimento, uso de materiais sustentáveis sempre que possível e que se promova a participação da comunidade.

Art. 8º As despesas decorrentes da eventual execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, conforme a discricionariedade do Poder Executivo e a disponibilidade financeira.

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, visando à sua plena execução.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

LEI Nº 2.150/2026
DE 15 DE MAIO DE 2016

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº 08/2026)
(Autor: Vereador Alessandro Donizete Paes Vieira – PSD)

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE BEBEDOUROS PARA ANIMAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar e/ou incentivar a instalação de bebedouros de água potável destinados à hidratação de animais domésticos e comunitários nos espaços públicos do Município de Cesário Lange.

Parágrafo único. Consideram-se espaços públicos, para os fins desta Lei, praças, parques, áreas de lazer, pistas de caminhada e demais locais de uso coletivo.

Art. 2º Na eventual implantação ou incentivo à instalação dos bebedouros, recomenda-se que sejam observadas as seguintes diretrizes:

- I – a instalação em locais de fácil acesso, que não obstruam a circulação de pedestres;
- II – a utilização de dispositivos que evitem o desperdício de água;
- III – a garantia de condições adequadas de higiene e segurança;
- IV – a construção em material resistente e seguro para animais, com altura adequada ao porte dos animais;
- V – a sinalização indicando água potável e a finalidade dos bebedouros.

Art. 3º As despesas decorrentes da eventual execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, conforme a discricionariedade do Poder Executivo e a disponibilidade financeira.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS
Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES
Resp/Exp/ Secretaria

LEI Nº 2.151/2026
DE 15 DE MAIO DE 2026

(Projeto de Lei nº 12/2026)
(Autores: Vereadores da Câmara Municipal de Cesário Lange)

“DENOMINA O PARQUE ECOLÓGICO LOCALIZADO NO BAIRRO MONTE ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Parque Ecológico localizado no Bairro Monte Alegre, passa a ter a seguinte denominação:
“Ademar Vasconcelos.”

Parágrafo Único. A placa indicativa do Parque Ecológico ora denominado constará a seguinte inscrição:
“Parque Ecológico Ademar Vasconcelos.”

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias para colocação da placa indicativa da denominação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS
Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES
Resp/Exp/ Secretaria

LEI Nº 2.152/2026

DE 15 DE MAIO DE 2026

(Projeto de Lei nº 75/2025)

(Autor: Poder Executivo)

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE CESÁRIO LANGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica do Município de Cesário Lange, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM) DE CESÁRIO LANGE**, órgão consultivo e deliberativo, fiscalizador, de caráter permanente, constituindo-se num órgão colegiado pleno, de composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil.

Parágrafo único. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho criado por esta Lei.

Art. 2º O CMDM tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

Art. 3º Ao CMDM, respeitadas as competências de iniciativa, além de outras atribuições que o Poder Executivo poderá lhe outorgar, compete:

I - prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias referentes aos Direitos da Mulher e promoção de igualdade entre os gêneros, emitir pareceres e acompanhar a elaboração de programas de Governo em assuntos relativos à mulher;

II - propor medidas e atividades que visem à defesa dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que a atingem e a sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural;

III - estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;

IV - propor ao Executivo a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a execução de programas relacionados as políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;

V - zelar pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora, incorporar preocupações e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas;

VI - formular e promover políticas públicas e incentivar, coordenar e assessorar programas, projetos e ações em todos os níveis da Administração, visando a garantia da defesa dos direitos da mulher e sua integração na sociedade;

VII - incentivar, participar e apoiar realizações que promovam a mulher, estabelecendo intercâmbio com organizações afins, nacional e internacionalmente;

VIII - assessorar o Poder Executivo na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento à mulher;

IX - emitir pareceres à Câmara Municipal, quando solicitado, sobre questões relativas à mulher;

X - deliberar sobre a realização de pesquisas e estudos sobre as mulheres, construindo acervos e propondo políticas públicas para o empoderamento, com vistas à divulgação da situação da mulher nos

mais diversos setores;

XI - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres;

XII - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher;

XIII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 4º O CMDM será composto de 10 (dez) membros titulares, e seus respectivos suplentes, na forma abaixo:

I - 05 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, com seus respectivos suplentes, indicados em Decreto do Chefe do Poder Executivo;

II - 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil titulares, garantida a participação independente de classe, gênero, etnia, raça, geração, de orientação sexual e identidade de gênero, de pessoas com deficiência, rurais e urbanas, de movimentos sociais, entre outras.

§1º As representantes da Sociedade Civil serão escolhidas através de processo eleitoral, com registro em ata específica, observadas as regras contidas no regimento interno, sendo nomeadas as 05 (cinco) mais votadas, sendo as primeiras 05 (cinco) titulares e as subsequentes suplentes.

§2º Os titulares do CMDM poderão ser substituídos por suplentes já eleitos, sendo todos nomeados por Decreto Municipal de autoria do Prefeito.

§3º As suplentes das representantes da Sociedade Civil serão escolhidas através do mesmo processo eleitoral das titulares, com registro em ata específica, observadas as regras contidas no regimento interno, sendo nomeadas as mais votadas, após preenchidas as cadeiras das titulares.

Art. 5º O CMDM terá a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II – Diretoria:

a) Presidência;

b) Vice-Presidência;

c) Secretária;

III - Comissões Temáticas.

§1º A Presidente, Vice-Presidente e a Secretária do CMDM serão escolhidas em Plenário, dentre as Conselheiras do Poder Público e da Sociedade Civil, que integram o Conselho.

§2º O CMDM será presidido por uma representante do sexo feminino, eleita por seus pares com alternância por mandato entre uma representante do Poder Público e uma representante da Sociedade Civil, sendo que em caso de empate haverá sorteio entre as duas representantes com maior número de votos.

§3º É vedada a recondução da Presidência do CMDM, que terá o mandato de 2 (dois) anos.

§4º O CMDM poderá indicar membros para compor outros Conselhos Municipais, para garantir a representação das mulheres, sendo que a representante será escolhida entre as Conselheiras e terá sua nomeação válida enquanto perdurar o mandato no CMDM.

Art. 6º. O mandato dos membros do CMDM será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução consecutiva somente para as representantes do Poder Público.

Parágrafo único. As representantes da Sociedade Civil poderão assumir mandatos subsequentes desde que eleitas seguindo as regras de eleição do regimento interno.

Art. 7º As atividades dos membros do Conselho regem-se pelas seguintes disposições:

I - as funções de Conselheiras não serão remuneradas, mas consideradas serviço público relevante;

II - as deliberações do Conselho serão registradas em atas.

Parágrafo único. O Regimento Interno do CMDM disciplinará os demais aspectos relacionados ao seu funcionamento, tais como disposições sobre sessões plenárias ordinárias e extraordinárias e demais disposições necessárias ao funcionamento pleno do Conselho.

Art. 8º Todas as sessões do CMDM serão públicas e precedidas de divulgação.

Art. 9º O CMDM poderá constituir Grupos de Trabalho e Comissões Técnicas para desenvolver partes específicas de seu programa de atividades, os quais serão compostos de membros do Conselho e pessoas da comunidade.

Parágrafo único. As funções dos membros dos Grupos de Trabalho e Comissões Temáticas a que se refere o caput deste artigo não serão remuneradas, sendo, no entanto, consideradas serviço público relevante.

Art. 10. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos direitos da mulher no Município, o qual será regulamentado através de Decreto do Prefeito.

§1º O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher em nenhuma hipótese poderá financiar campanhas, ações ou qualquer ato que configure apologia ao aborto.

§2º A Diretoria ficará obrigada a prestar contas à Secretaria do Desenvolvimento Social e Cidadania de suas atividades financeiras e da administração do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, nos prazos previstos nas legislações pertinentes ou sempre que solicitado.

Art. 11. As despesas com a manutenção do CMDM e com a execução de suas atividades ocorrerão por conta da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, ficando instituída a dotação orçamentária dentro deste órgão, para financiar as atividades do Conselho criado pela presente Lei.

Art. 12. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

LEI Nº 2.153/2026
DE 15 DE MAIO DE 2026

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº 11/2026)

(Autor: Vereador Cristiano de Jesus Rodrigues – SOLIDARIEDADE)

“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO, INCLUSÃO E APOIO ÀS PESSOAS COM SÍNDROME DE TOURETTE E CRIA A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SÍNDROME DE TOURETTE NO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Conscientização, Inclusão e Apoio às Pessoas com Síndrome de Tourette, no âmbito do Município de Cesário Lange.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Síndrome de Tourette o transtorno neuropsiquiátrico caracterizado por tiques motores e vocais, conforme definido pela literatura médica especializada.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal:

- I – Promover a conscientização da população sobre a Síndrome de Tourette, combatendo o preconceito e a desinformação;
- II – Garantir a inclusão social e educacional das pessoas diagnosticadas;
- III – Assegurar atendimento humanizado na rede pública de saúde;
- IV – Capacitar profissionais da educação, saúde e assistência social para o adequado acolhimento;
- V – Incentivar campanhas educativas permanentes no Município.

Art. 4º Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização da Síndrome de Tourette, a ser realizada, anualmente, na semana que compreender o dia 7 de junho, data em que se celebra o Dia Mundial de Conscientização da Síndrome de Tourette.

Art. 5º Durante a Semana Municipal poderão ser desenvolvidas as seguintes ações:

- I – Campanhas educativas e informativas;
- II – Palestras, seminários e rodas de conversa;
- III – Divulgação de materiais explicativos nas unidades de saúde e escolas;
- IV – Iluminação simbólica de prédios públicos, quando possível;
- V – Atividades voltadas à promoção da inclusão e combate ao preconceito.

Art. 6º No âmbito da Política Municipal de que trata esta Lei, o Poder Executivo poderá adotar ou incentivar medidas de inclusão e acolhimento para alunos com Síndrome de Tourette nas unidades da rede municipal de ensino, as quais poderão garantir, entre outras:

- I – Ambiente escolar seguro e livre de discriminação;
- II – Orientação aos professores e equipe pedagógica;
- III – Acompanhamento individualizado quando necessário.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 8º As despesas decorrentes da eventual implementação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, conforme a discricionariedade do Poder Executivo e a disponibilidade financeira.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cesário Lange, 15 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

RETIFICAÇÃO

Na edição do dia 12 de maio de 2026, edição LXXXIV/2026, foi publicada, às fls. 2-12, a Lei Complementar nº 143/2026, de 12 de maio de 2026.

Contudo, constatou-se **erro material de digitação na numeração da referida norma**, razão pela qual:

Onde se lê:

“Lei Complementar nº 143/2026”

Leia-se:

“Lei Complementar nº 142/2026”

Verificou-se, ainda, **erro material no art. 29**, publicado da seguinte forma:

“O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade (COMDEC) de caráter consultivo será composto de forma paritária, garantindo-se 50% (cinquenta por cento) de suas cadeiras a representantes do Poder Público e 50% (cinquenta Poder Legislativo Cesário Lange. São Paulo Avenida Três de Maio, 1300 - Centro Fone: 15 3246.1213 www.camaracesariolange.sp.gov.br por cento) a representantes da sociedade civil organizada e do setor produtivo local, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e será constituído dos seguintes membros”

Sendo o correto:

“O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade (COMDEC) de caráter consultivo será composto de forma paritária, garantindo-se 50% (cinquenta por cento) de suas cadeiras a representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) a representantes da sociedade civil organizada e do setor produtivo local, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e será constituído dos seguintes membros.”

A referida Lei Complementar segue republicada em sua integralidade, com as devidas correções.

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2026
DE 12 DE MAIO DE 2026

(Projeto de Lei Complementar nº 02/2026)
(Autor: Poder Executivo)

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE DE CESÁRIO LANGE (PRODECE), ESTABELECE AS DIRETRIZES NORMATIVAS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS MATERIAIS E FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação federal pertinente;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cesário Lange aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Cesário Lange, o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade (PRODECE), com a finalidade precípua de fomentar a atração de capitais, a implantação, a modernização, a expansão física e a reativação de empreendimentos de natureza industrial, logística, comercial, tecnológica e prestadores de serviços de alto valor agregado no território municipal.

Art. 2º A condução, o deferimento de benefícios e o monitoramento do PRODECE reger-se-ão, sob pena de nulidade, pelos seguintes princípios e diretrizes fundamentais:

I - obediência e adequação estrita aos parâmetros de responsabilidade fiscal e responsabilidade intergeracional previstos no art. 14 e art. 14-A da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

II - garantia de uma transição fiscal segura e a harmonização dos incentivos locais frente às diretrizes de implantação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do novo Sistema Tributário Nacional consolidado na Emenda Constitucional nº 132/2023;

III - fomento contínuo à inovação tecnológica, à preservação dos recursos naturais e à mitigação de passivos ecológicos pré-existentes nas zonas industriais e rodoviárias;

IV - aproveitamento racional e estratégico dos eixos e corredores logísticos que interceptam o município, notadamente a integração com as rodovias, Presidente Castello Branco (SP-280), Floriano de Camargo Barros (SP-143), Mario Batista Mori (SP-141), em áreas de expansão urbana ou industrial, conforme definidos em lei.

Art. 3º Para os efeitos analíticos e de enquadramento da presente Lei Complementar, considera-se:

I - **Empresa Beneficiária:** a pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída sob as leis brasileiras, previamente habilitada e aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMDEC), que venha a se instalar, promover expansão de sua capacidade instalada ou realocar sua planta matriz ou filial para os Distritos Industriais ou Comerciais do Município, de natureza pública ou privada;

II - **Incentivos Econômicos e Materiais:** o conjunto de ações, subsídios diretos e dispêndios não tributários patrocinados pelo erário municipal, tais como a doação de bens imóveis com encargos resolutivos, a outorga de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de áreas públicas, a execução direta ou indireta de

infraestrutura básica e os investimentos coparticipativos na qualificação de mão de obra;

III - Incentivos Fiscais: a desoneração ou isenção, parcial ou total, de tributos e encargos municipais, compreendendo incentivos de natureza patrimonial, incidentes sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), bem como incentivos de natureza não patrimonial, consistentes na isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e de taxas e emolumentos municipais.

IV - Plano de Metas de Desempenho: o instrumento contratual anexo ao termo concessivo que estabelece parâmetros objetivos e quantificáveis impostos pela legislação federal (LC nº 224/2025), que vinculam a fruição do benefício à comprovação de atingimento de indicadores de faturamento (dimensão econômica), geração de empregos formais diretos (dimensão social) e sustentabilidade comprovada (dimensão ambiental).

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

Art. 4º Os incentivos previstos nesta Lei serão concedidos às pessoas jurídicas que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

I – não desenvolver atividade prejudicial ao meio ambiente, adotando as medidas necessárias para evitar toda e qualquer forma de poluição ambiental;

II – edificação correspondente a área construída mínima a ser definida pelo COMDEC para cada projeto específico, levando-se em conta a natureza da atividade, o porte do empreendimento, o capital a ser investido e a expectativa de faturamento, além de outros critérios técnicos estabelecidos em regulamento;

III - manutenção de quadro mínimo de pessoal conforme a atividade, observado:

a) no mínimo 10 (dez) empregados diretos ou indiretos para empreendimentos industriais, atacadistas, agroindustriais, centros de distribuição, operadores logísticos e instituições de ensino presencial;

b) no mínimo 5 (cinco) empregados diretos ou indiretos para empreendimentos de base tecnológica, serviços especializados, centros de inovação, prestação de serviços de saúde e demais atividades;

IV - contratação de mão de obra de residentes ou domiciliados neste município em percentual a ser definido pelo COMDEC para cada projeto específico, considerando a natureza da atividade, o porte do empreendimento, o capital a ser investido, a expectativa de faturamento e a disponibilidade de profissionais qualificados no mercado local, conforme critérios definidos em regulamento;

V - licenciamento de toda a frota de veículos da empresa neste município;

VI - Ausência de condenação, com trânsito em julgado, pelas práticas de crime ambiental, contra a relação de consumo, contra a administração pública, contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional;

VII - Estar regular com o fisco Federal, Estadual e Municipal, cuja comprovação se dará com a apresentação das respectivas certidões de regularidade.

VIII - faturar toda sua produção no Município de Cesário Lange;

IX - comprometer-se a eleger o domicílio fiscal no território do Município de Cesário Lange, salvo por impossibilidade legal declarada pelo fisco;

X - início das obras em até 180 (cento e oitenta) dias da aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal, e início das atividades empresariais no decurso de 2 (dois) anos após início das obras;

§1º Durante o prazo de até 2 (dois) anos para conclusão das obras e início das atividades empresariais, a exigência dos tributos municipais ficará suspensa, ficando isentos somente após a concessão definitiva.

§2º Mediante justificativa técnica e interesse público comprovado, o prazo de conclusão previsto no inciso X poderá ser prorrogado uma única vez, por até 2 (dois) anos, mediante deliberação do COMDEC e ratificação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DOS INCENTIVOS

Art. 5º Os incentivos econômicos, materiais, fiscais e patrimoniais previstos nesta Lei compreendem:

I – Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incidente sobre os imóveis (terrenos e área construída) onde se encontra instalada a planta produtiva, matriz ou centro de distribuição do empreendimento;

II – Isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) originada de ato intervivos, aplicada exclusivamente sobre o fato gerador decorrente da aquisição originária ou transferência do imóvel com a finalidade expressa de implantação e edificação da estrutura física da empresa incentivada;

III – Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, respeitada a alíquota mínima de 2% conforme LC nº 116/2003;

IV – isenção das taxas e emolumentos municipais atrelados aos serviços de aprovação de projetos arquitetônicos e de engenharia civil, expedição do respectivo habite-se, emissão de alvarás de construção, alvarás de funcionamento e licenças de localização para as obras e operações decorrentes da instalação do empreendimento.

V – execução, parcial ou integral, de infraestrutura urbana e acessibilidade, conforme projeto técnico aprovado;

VI – prioridade na análise a aprovação de projetos urbanísticos, edifícios e ambientais; e

VII – apoio institucional e técnico por meio dos órgãos competentes da Administração Municipal.

VIII - Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de imóveis públicos, condicionada à realização de prévio Chamamento Público ou Concorrência, nos termos da legislação federal de licitações e contratos vigente, visando a seleção da proposta ofereça a melhor contrapartida socioeconômica para o Município;

IX - desenvolvimento e o cofinanciamento ativo de planos de capacitação e ensino técnico-profissionalizante voltados à formação qualificada da mão de obra residente em Cesário Lange. Para tanto, fica a municipalidade autorizada a despender recursos visando a formalização de parcerias estratégicas, convênios de cooperação mútua ou repasses com as consolidadas instituições do "Sistema S" (SENAI, SENAC, SESI), polos universitários estaduais ou federais e fundações tecnológicas de fomento.

§1º - O montante total das isenções e benefícios fiscais concedidos anualmente no âmbito do PRODECE não poderá exceder o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) do Município, apurada no exercício anterior, sob pena de suspensão de novas concessões até o restabelecimento do equilíbrio fiscal.

§2º - Os incentivos previstos neste artigo, salvo o disposto no inciso VIII, serão concedidos pelo prazo de 10 (dez) anos, vigorando até o término do referido prazo ou até a sua revogação, caso verificado o descumprimento das condições e requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 6º. Os incentivos serão precedidos de processo administrativo e poderão ser concedidos isolada ou cumulativamente, com efeitos retroativos, a contar da data do requerimento.

Parágrafo único. As isenções tributárias não abrangem eventuais parcelas ou débitos relativos a tributos lançados em data anterior ao protocolo do pedido administrativo, nem multas de caráter moratório e punitivo, inclusive aquelas aplicadas por não atendimento a obrigações acessórias exigidas em lei.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DE TRANSIÇÃO DO ISS PARA O IBS

Art. 7º Fica expressamente vedada, em reverência ao princípio da legalidade estrita, às diretrizes da Emenda Constitucional nº 132/2023 e aos mandamentos insculpidos na Lei Complementar nº 214/2025, a concessão unilateral pelo Município de qualquer modalidade de isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito outorgado ou presumido, moratória ou benefício financeiro-fiscal atinente ao futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou ao Imposto Seletivo (IS).

Art. 8º Excepcionalmente, e apenas no que tange de forma residual ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) cujo fato gerador ocorra dentro do período de transição autorizado pelo Congresso Nacional, o Município deverá observar o seguinte regramento de transitoriedade imperativa:

I - As empresas regularmente aprovadas no PRODECE que se instalarem ou expandirem operações até o

final do exercício fiscal de 2028 poderão usufruir, desde que contempladas no respectivo Termo de Compromisso, de alíquota reduzida de ISSQN a um patamar mínimo que não infrinja o limite de 2% (dois por cento), em obediência ao art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003;

II - Compreendido o intervalo temporal que se inicia a partir do exercício financeiro de 2029 e perdura até o final do exercício de 2032, a eficácia da isenção ou da redução da alíquota do ISSQN será decrescente e passará por redução progressiva à razão de 10% (dez por cento) ao ano, conforme exigência constitucional indissociável da transição para o modelo do IBS;

III - Declarado o início do exercício financeiro em 1º de janeiro de 2033, consideram-se extintos de pleno direito, revogados, caducos e destituídos de qualquer eficácia jurídica todos e quaisquer incentivos fiscais deferidos com fulcro neste artigo no tocante à prestação de serviços, hipótese em que a tributação agregada do consumo passará à subordinação jurisdicional e competência exclusiva das regras de governança instituídas pelo Comitê Gestor do IBS, restando ao Município tão somente o acompanhamento das transferências constitucionais do fundo.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO

Seção I

Do Protocolo de Intenções

Art. 9 As empresas interessadas deverão formular Protocolo de Intenções, endereçado à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, que será submetido à análise pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competividade (COMDEC), para emissão de parecer, instruindo-se os autos obrigatoriamente e sequencialmente com as seguintes comprovações e documentações:

I - Requerimento formulado pela administração da pessoa jurídica pretendente, contendo:

descrição detalhada da empresa e das atividades a serem desenvolvidas;

indicação dos incentivos pretendidos;

plano de investimentos e cronograma de implantação;

estimativa de geração de empregos, com previsão de contratação de mão de obra local;

indicação do número de veículos a serem licenciados ou com licenciamento neste município.

II – prova de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

III – atos constitutivos da empresa e posteriores alterações, devidamente registrados nos órgãos competentes;

IV – documentos pessoais dos sócios e administradores;

V - comprovação de idoneidade e de regularidade fiscal simultânea perante os três âmbitos da estrutura da Federação (União, Estado e Município), mediante apresentação de certidões negativas de débito, bem como a apresentação atestada de regularidade das contribuições trabalhistas e previdenciárias;

VI - Plano de Metas de Desempenho (consubstanciado nos parâmetros exigidos para as metas Econômicas, Sociais e de sustentabilidade e preservação Ambiental), tal como discriminado e disciplinado pelas imposições contidas no Artigo 4º desta Lei;

VII - cronograma físico-financeiro sequencial da evolução programada para as obras de implantação civil e instalação das máquinas e equipamentos correspondentes à planta;

VIII – Estudo de Impacto Ambiental, se houver, e medidas mitigadoras;

IX – Estimativa de consumo e gestão e recursos hídricos;

X – faturamento anual atual e/ou estimado, na hipótese de ampliação ou nova filial de empresa instalada no município, com cópias do balanço patrimonial e contábil, referente aos dois últimos exercícios financeiros, ou balancete se a pessoa jurídica estiver constituída a menos de 1 (um) ano.

XI - Certidão negativa de pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro dos últimos 60 (sessenta) dias, referentes aos últimos 5 (cinco) anos;

Seção II

Da Deliberação e Publicidade

Art. 10. Se o parecer emitido pelo COMDEC opinar favoravelmente à concessão dos benefícios, caberá ao Chefe do Poder Executivo a ratificação ou indeferimento.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Governo e Planejamento dará publicidade aos requerimentos protocolados e das respectivas deliberações, por meio do Diário Oficial Eletrônico Municipal.

Art. 12. O Poder Executivo fica obrigado a desenvolver, publicar e manter sistematicamente atualizado, em aba específica de forma consolidada no Portal da Transparência de Cesário Lange, um demonstrativo global dos incentivos materiais e fiscais em vigor, contendo, em formato de dados abertos:

I - a identificação pormenorizada (razão social e CNPJ) das Empresas Beneficiárias;

II - os quantitativos financeiros relativos à renúncia de receita envolvida, atualizados monetariamente;

III - o *status* periódico de adimplemento ou inadimplemento referente ao cumprimento do Plano de Metas de Desempenho.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA FISCALIZADOR, DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DAS EXIGÊNCIAS DE REVOGAÇÃO

Art. 13. Incumbirá aos quadros operacionais e fiscais subordinados ou requisitados pelo COMDEC realizar expedientes rotineiros compostos por averiguações, diligências, vistorias locais e a condução de auditorias documentais in loco perante a área instalada, com periodicidade mínima anual, servindo de escopo base para comprovar perante as autoridades, de modo inequívoco, plena eficácia e o adimplemento quanto ao efetivo cumprimento do cronograma consolidado das obras civis e alcance estipulado para o atendimento das metas de desempenho econômico e empregabilidade.

§1º As empresas beneficiárias dos incentivos previstos nesta Lei deverão apresentar à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, sob protocolo administrativo, relatório semestral de atividades, contendo demonstrativo detalhado do cumprimento dos compromissos assumidos no Protocolo de Intenções ou instrumento equivalente.

§2º O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá conter, no mínimo:

I – declaração formal da empresa beneficiária quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do programa de incentivos;

II – demonstrativo atualizado das atividades econômicas desenvolvidas no empreendimento;

III – comprovação do atendimento às metas de investimento, geração de empregos e demais condicionantes previstas nesta Lei ou nos instrumentos administrativos firmados com o Município;

IV – documentação comprobatória pertinente.

§3º O relatório deverá ser apresentado semestralmente, sendo obrigatória a apresentação consolidada até o dia 31 de março de cada exercício, relativamente ao período imediatamente anterior.

§4º A manutenção dos incentivos fiscais concedidos ficará condicionada à apresentação regular do relatório previsto neste artigo e à comprovação do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei.

§5º A ausência injustificada da apresentação do relatório ou a constatação de inconsistências relevantes nas informações prestadas poderá ensejar a suspensão preventiva dos benefícios concedidos, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

Art. 14. A Empresa Beneficiária que vir a demonstrar falta com seus deveres e incorrer perante quebras contratuais perderá compulsoriamente os direitos que lhe assistem à percepção de todos os incentivos fiscais deferidos, bem como, todo arcabouço material amealhado durante as tratativas.

Art. 15. Os incentivos serão revogados nas seguintes hipóteses:

I – cessação definitiva das atividades econômicas da empresa beneficiária;

II - paralisação prolongada ou finalização de parte sensível das atividades e resultando em redução severa e deliberada de suas proporções produtivas locais ou operações efetivadas fisicamente dentro do Município a níveis e margens quantificadas ou estimadas em percentuais que apontem mais de 50%

(cinquenta por cento) de evasão, salvo nos casos devidamente fundamentos em motivos de força maior e caso fortuito ou evento que afete a cadeia produtiva em grau pandêmico;

III - infração às normas legais ou regulamentares de natureza ambiental, urbanística, sanitária ou relativas ao uso e ocupação do solo, estabelecidas pela União, Estado ou Município, devidamente apurada em procedimento administrativo regular ou decisão judicial transitada em julgado;

IV - ausência de indicação do Município de Cesário Lange como domicílio fiscal da empresa para fins de recolhimento de ICMS incidente sobre mercadorias produzidas ou operações realizadas;

V - descumprimento da exigência de licenciamento, no Município, da totalidade da frota de veículos vinculada à empresa beneficiária;

VI - condenação definitiva, com trânsito em julgado, que reconheça a prática, pela beneficiária e/ou direção do grupo econômico da qual pertença, de crimes contra a ordem tributária, lavagem ou ocultação de bens e valores, evasão de divisas, corrupção, ilícitos ambientais, descaminho ou exploração de trabalho em condições análogas à escravidão.

VII – promoção, pela beneficiária, após a outorga onerosa pelo Poder Público, de alienação, cessão, transferência, permuta, locação, sublocação, fracionamento ou qualquer forma de repasse ou destinação diversa do imóvel concedido, inclusive sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou direito de superfície, sem prévia e expressa autorização da municipalidade, formalizada por despacho da autoridade competente e devidamente publicada;

Art. 16. À beneficiária será assegurado o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da municipalidade, para apresentação de justificativas, e eventual documentação comprobatória, que serão analisadas pelo COMDEC.

Art. 17. Comprovada, por qualquer interessado, a inexistência do fato que ensejou a revogação dos benefícios, os incentivos serão reestabelecidos, com efeitos retroativos à data da decisão revogatória.

Art. 18. Na hipótese de retomado o cumprimento das obrigações, documentalmente comprovado, poderá ser requerida a continuidade dos incentivos pelo seu prazo remanescente, mantendo-se a exigência dos tributos lançados durante o período revogado.

Art. 19. Os incentivos poderão ser revogados, a critério da Administração, nas seguintes hipóteses:

I - modificação da utilização ou destinação do imóvel, em desconformidade com os termos do Protocolo de Intenções aprovado e ou mudança de atividade que não possua correspondência com a inicial que ensejaram a concessão do incentivo;

II - alienação da empresa antes de decorrido o prazo mínimo de 5 (cinco) anos da concessão dos incentivos, salvo autorização expressa do Poder Executivo.

Parágrafo único. Caberá ao COMDEC deliberar sobre a manutenção ou revogação dos incentivos, considerando o interesse público e o cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 20. Exceto a hipótese prevista no inciso I do art. 15, a revogação dos incentivos implicará a imediata exigência dos tributos correspondentes a partir da data de publicação do ato administrativo de revogação, vedada a cobrança retroativa aos exercícios anteriores.

Parágrafo único. A vedação à cobrança retroativa não afasta a exigência dos tributos regularmente vencidos durante o período em que o contribuinte não mais cumpria os requisitos legais, caso reste comprovada má-fé ou omissão dolosa quanto à manutenção indevida dos benefícios.

Art. 21. Os incentivos serão suspensos nas seguintes hipóteses:

I – caso não sejam iniciadas as obras no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de aprovação do respectivo projeto pela Prefeitura Municipal;

II - caso não haja a conclusão do projeto de construção e o efetivo início das atividades no prazo de 2 (dois) anos, contado do início das obras, ressalvadas as hipóteses de prorrogação previstas nesta Lei.;

II – Descumprimento do percentual mínimo de contratação de mão de obra local, conforme previsto nesta Lei ou no Protocolo de Intenções.

§1º O beneficiário será notificado para apresentar justificativas e documentos no prazo máximo de 30

(trinta) dias, cabendo ao COMDEC, após análise, conceder prazo adicional não superior a 60 (sessenta) dias, a depender da complexidade do caso.

§2º Durante o prazo adicional concedido, permanecerá suspensa a exigência dos tributos municipais.

§3º Não sendo concedido novo prazo ou finalizado o prazo concedido, não tendo sido cumpridas as obrigações nele previstas, os tributos suspensos passarão a ser exigíveis a partir da data do término do prazo fixado, vedada a cobrança retroativa ao período anterior, salvo em caso de comprovada má-fé ou omissão dolosa por parte do beneficiário

§4º Ocorrendo o cumprimento das obrigações após o término do prazo fixado, os incentivos poderão ser restabelecidos pelo prazo remanescente, sem prejuízo da exigibilidade dos tributos lançados a partir do término do prazo anteriormente concedido, observada a vedação à cobrança retroativa prevista no § 3º.

Art. 22. A revogação do incentivo previsto no art. 5º, inciso V, referente à execução, total ou parcial, de obras e serviços públicos de infraestrutura, implicará na exigência, ao beneficiário, do ressarcimento dos valores correspondentes, contados a partir da data da revogação, vedada a cobrança retroativa, salvo em caso de comprovada má-fé ou omissão dolosa.

Parágrafo único. Na hipótese de suspensão do incentivo referido no caput, decorrido por prazo igual ou superior a 2 (dois) anos, sem a regularização das obrigações pelo beneficiário, os valores relativos às obras ou serviços efetivamente prestados poderão ser exigidos, observadas as mesmas condições previstas no caput.

Art. 23. Em cenários de crise econômica severa ou recessão, oficialmente reconhecidos por órgãos competentes das esferas Estadual ou Federal, o COMDEC poderá autorizar a flexibilização temporária das metas de expansão e faturamento das empresas beneficiárias por até 12 (doze) meses, desde que comprovada a manutenção do quadro de funcionários existente na data do protocolo do pedido de flexibilização

CAPÍTULO VII

DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 24. O Poder Executivo, em conjunto com os incentivos previstos, poderá outorgar a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de bens municipais, com encargos, mediante prévia avaliação e concorrência pública, cumpridos todos os requisitos previstos nesta Lei para concessão dos demais incentivos, com vigência do contrato pelo prazo de 30 (trinta) anos.

§1º O prazo de vigência poderá ser prorrogado uma vez por igual período, havendo interesse público devidamente justificado.

§2º Extinto o prazo contratual ou verificado o descumprimento das obrigações ou hipóteses de revogação ou suspensão previstas no Capítulo VI haverá a reversão imediata do imóvel ao patrimônio público, acrescido das benfeitorias, sem direito a indenização ou quaisquer outras obrigações ao Município.

§3º A CDRU dependerá de avaliação prévia do imóvel, realizada por órgão técnico do Município, com valor de mercado atualizado, e justificativa formal do interesse público, a ser aprovada pelo COMDEC.

§4º A CDRU será lavrada através de instrumento que preveja obrigatoriamente a aposição de cláusulas inegociáveis de inalienabilidade, de total vedação a uso como garantia fiduciária para empréstimos não vinculados à construção da respectiva planta e de resolução condicionada gerando a reversão peremptória e automática da posse direta e propriedade do bem ao acervo patrimonial do ente público nas hipóteses supervenientes de decretação de falência, encerramento de atividades ou desvio de finalidade econômica comprovada por parte da Empresa Beneficiária.

§5º A CDRU será formalizada por escritura pública e averbada no Registro Imobiliário, constando expressamente todas as exigências ao cumprimento desta Lei.

§6º As despesas cartoriais ficarão a encargo de dotações orçamentárias próprias.

§7º O Chefe do Executivo informará, sempre que requisitado, à Câmara Municipal, sobre as concessões outorgadas e a relação de imóveis do patrimônio público disponíveis.

Art. 25. O Poder Executivo poderá adquirir, mediante desapropriação consensual ou judicial, imóveis para

concessão de direito real de uso, nos termos desta Lei, ou para a implantação de distritos industriais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo ficará sujeito à comprovação da efetiva utilização para estes fins, sob pena de responsabilidade.

Art. 26. O Poder Executivo manterá, em sítio eletrônico oficial, o Portal do PRODECE, integrado ao Portal da Transparência, contendo obrigatoriamente:

- I - Relação de empresas beneficiárias e respectivos CNPJs;
- II - Valores estimados de renúncia fiscal concedida por exercício;
- III - Relatório anual consolidado de cumprimento das metas de desempenho e geração de empregos;
- IV - Atas das reuniões e deliberações do COMDEC.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE – COMDEC

Art. 27. Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade – COMDEC de Cesário Lange para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Infraestrutura e Secretaria Municipal da Fazenda, proceder à avaliação dos requerimentos e dos Protocolos de Intenções, com vistas aos objetivos desta Lei.

Art. 28. Compete ao COMDEC:

- I - Fomentar a expansão da atividade empresarial nos diversos segmentos abrangidos por esta Lei e, especialmente pela instalação, ampliação ou abertura de filiais de empreendimentos industriais, comerciais, de prestação de serviço, logísticos, loteamentos e projetos agroindustriais;
- II - assessorar o Poder Executivo na formulação da política municipal de desenvolvimento econômico e social;
- III - promover o diálogo com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, com o objetivo de captar as tendências, oportunidades e necessidades para o desenvolvimento econômico e aprimoramento empresarial do Município;
- IV - emitir parecer sobre a viabilidade da concessão de incentivos fiscais e não fiscais às empresas interessadas, analisando os impactos econômicos, urbanísticos e sociais local;
- V – analisar a viabilidade de execução de serviços de terraplanagem e obras de infraestrutura urbana, em terrenos destinados à instalação de empresas;
- VI - opinar sobre a necessidade de desapropriações de imóveis para instalação de novas empresas ou ampliação das existentes, que forem consideradas de interesse público;
- VII - julgar os requerimentos dirigidos ao órgão ou de sua competência legal;
- VIII - examinar os casos de revisão, suspensão ou revogação dos incentivos concedidos;
- IX - opinar sobre os pedidos de concessão e prorrogação do direito real de uso ou, ainda, reversão do bem concedido ao patrimônio público;
- X - elaborar o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo Único. O Regimento Interno do COMDEC deverá observar as seguintes diretrizes:

- I – convocação das reuniões pela presidência, que poderá ser provocada por qualquer dos seus membros;
- II - deliberação por maioria absoluta dos membros, sobre os assuntos postos em votação;
- III - registrar em ata e arquivos adequados todas as recomendações, pareceres, votos e demais trabalhos do Conselho;
- IV - dar publicidade de suas reuniões e trabalhos.

Art. 29. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade (COMDEC) de caráter consultivo será composto de forma paritária, garantindo-se 50% (cinquenta por cento) de suas cadeiras a representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) a representantes da sociedade civil organizada e do setor produtivo local, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e será constituído dos seguintes membros

I - 3 (três) representantes do Poder Executivo, sendo indicados pelo Chefe do Executivo:

- a) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento; Infraestrutura;
- b) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos;
- c) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e

II - 2 (dois) representantes da Câmara Municipal, ocupante de mandato eletivo, a serem indicados pelos seus pares, observada a proporcionalidade partidária e garantido o direito de representação das minorias parlamentares;

III - 5 (cinco) representantes do empresariado de Cesário Lange, a serem indicados pelos seus pares ao Chefe do Executivo.

1º. A presidência do COMDEC será exercida por membro do Conselho, designado pelo Chefe do Executivo.

2º. Os membros do COMDEC não serão remunerados e serão reconhecidos como prestadores de relevantes serviços à comunidade.

Parágrafo único. A presidência do COMDEC será exercida por membro do Conselho, designado pelo Chefe do Executivo.

Art. 30. O COMDEC poderá, a seu critério, solicitar análises e pareceres de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 31. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar, por meio de decreto, as demais disposições relativas ao COMDEC, especialmente quanto à sua organização, funcionamento, competências, procedimentos administrativos e demais normas necessárias à fiel execução desta Lei.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. As empresas que tenham construído sede própria em período anterior à vigência desta Lei poderão usufruir dos incentivos previstos no art. 5º, limitando-se ao prazo remanescente a partir do requerimento, sem retroatividade ao início das atividades.

Parágrafo único. Considera-se prazo remanescente o período restante a partir da data do requerimento administrativo, considerando-se como início do cômputo a data em que a empresa obteve o primeiro alvará de funcionamento.

Art. 33. A mudança de endereço da empresa dentro do Município não extingue os incentivos econômicos em vigência, exceto a concessão de direito real de uso.

Art. 34. A aquisição de imóvel para fins empresariais, feita por empresa que possua em seu quadro societário um ou mais sócios da empresa alienante, locadora, cedente ou comodante, ou parentes destes até o terceiro grau, não impede a aplicação da presente Lei.

§1º A concessão dos benefícios dependerá da comprovação da efetiva instalação da atividade empresarial no imóvel, com início regular de operação, contratação de pessoal e obtenção das licenças exigidas, nos termos desta Lei.

§2º Não serão concedidos ou mantidos os incentivos nos casos em que se constate, a qualquer tempo, a existência de operações simuladas ou reorganizações societárias artificiais entre empresas vinculadas, com a finalidade exclusiva de obtenção indevida dos benefícios fiscais, ficando o beneficiário sujeito à revogação imediata do incentivo e à cobrança retroativa dos tributos devidos, acrescidos de multa e encargos legais.

Art. 35. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, rever o processo administrativo que culminar com a concessão de benefícios fiscais e financeiros às empresas, previstos nesta Lei, não gerando direitos adquiridos às beneficiárias o respectivo ato de concessão proferido em desacordo com a legislação vigente.

Art. 36. A concessão e manutenção dos incentivos ficam condicionadas ao cumprimento contínuo dos requisitos desta Lei, a ser verificado anualmente mediante apresentação, até o dia 31 de março de cada exercício, de declaração formal da empresa beneficiária e juntada de documentos comprobatórios.

Art. 37. A concessão de qualquer incentivo fiscal ou econômico previsto nesta lei deverá estar

acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro pela Municipalidade no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 de Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. A estimativa de impacto será parte integrante do processo administrativo de concessão, devendo ser instituída por servidor responsável com a devida qualificação técnica.

§2º. A concessão de incentivos deverá estar acompanhada de medidas de compensação, por meio de aumento de receita proveniente de tributos ou corte de despesas equivalentes, indicado no anexo financeiro do ato normativo ou de decreto concessório.

Art. 38. A aplicação dos incentivos econômicos e fiscais previstos nesta Lei observará, no que couber, as normas constitucionais e infraconstitucionais supervenientes, inclusive aquelas oriundas da Reforma Tributária introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, ou norma que a suceder.

§1º A eventual substituição, unificação ou extinção de tributos municipais por tributos de competência compartilhada ou estadual não implicará, por si só, a revogação ou revogação dos benefícios instituídos por esta Lei.

§2º A adaptação da presente Lei ao novo regime tributário será realizada por meio de decreto do Poder Executivo, observada a preservação da finalidade dos incentivos e a continuidade do tratamento favorecido às atividades incentivadas.

§3º Os beneficiários não precisarão apresentar nova documentação ou requerimentos além daqueles já exigidos pelos procedimentos originários, sendo a adaptação considerada orgânica, automática e administrativa.

§4º Caberá ao Município promover, se necessário, a reclassificação técnica ou contábil dos incentivos concedidos, assegurada sua equivalência econômica e jurídica.

Art. 39. As despesas públicas e eventuais renúncias de receita decorrentes da execução desta Lei, compreendendo investimentos em infraestrutura, concessão de subsídios, aportes a fundos, incentivos financeiros, ações de capacitação e demais medidas vinculadas a programas de fomento e incubação empresarial, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, previamente consignadas no orçamento municipal, observadas as normas de direito financeiro e sob gestão do órgão competente.

Parágrafo único. Verificada a insuficiência de recursos ou a ampliação da demanda, poderá o Poder Executivo promover a suplementação, o remanejamento ou a abertura de créditos adicionais, mediante autorização legal e estrita observância à legislação orçamentária vigente, desde que demonstradas a necessidade, a viabilidade financeira e a compatibilidade com a lei orçamentária anual.

Art. 40. Por mandamento derivado da Lei de Responsabilidade Fiscal, as estimativas globais relativas ao impacto tributário, patrimonial, financeiro e creditício decursivas do PRODECE deverão figurar obrigatoriamente e compor anexos específicos integrantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do Município de Cesário Lange, compreendendo as projeções fidedignas para o exercício vigente da concessão e, prospectivamente, para os 2 (dois) exercícios fiscais subsequentes

Art. 41. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar por meio de decreto, dispondo sobre os procedimentos administrativos, requisitos, critérios de análise, fluxos de tramitação, competências dos órgãos envolvidos e demais normas necessárias à sua fiel execução, inclusive quanto ao funcionamento das instâncias deliberativas e ao regimento interno do órgão gestor do Programa.

Parágrafo único. O decreto regulamentar será publicado no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar, devendo assegurar ampla publicidade aos atos normativos e observância às disposições orçamentárias, administrativas e procedimentais aplicáveis.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais em contrário, em especial as seguintes normas, Lei n. 402, de 27 de junho de 1985, Lei n. 875, de 30 de dezembro de 1997, Lei n. 931, de 09 de novembro de 1999, Lei Complementar n. 57, de 16 de julho de 2014 e Lei Complementar n. 79 de 3 de março de 2017.

Parágrafo único. Permanecem íntegros e válidos os atos de concessão, benefícios e incentivos regularmente formalizados antes da vigência desta Lei Complementar, os quais continuarão a reger-se pelas normas vigentes à época de sua celebração, até o término de sua eficácia.

Cesário Lange, 12 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

NOTIFICAÇÃO Nº 239/2026**RAZÃO SOCIAL: WILLIAN NAKAMURA****ENDEREÇO: Rua Vereador João Trevisa, nº 1667 – Dom Lázaro - Cesário Lange/SP****PROCESSO: 419/2026**

SOLICITO seu comparecimento no prazo máximo de 05 (CINCO) dias a contar desta publicação no setor de protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE para providenciar o cancelamento da inscrição sob pena de não o fazendo ter sua inscrição cancelada de Ofício

Cesário Lange 12 de maio de 2026